

Soraia Faria

Para: Carolina Mendonça
Assunto: RE: Apreciação pública do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 31/XIII (PS), que prevê a terceira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A, de 11 de novembro, responsável pela estruturação do Parque Marinho dos Açores.

De: Carolina Mendonça

Enviada: 17 de abril de 2025 09:05

Para: Apreciacao Publica <apreciacaopublica@alra.pt>

Assunto: Apreciação pública do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 31/XIII (PS), que prevê a terceira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A, de 11 de novembro, responsável pela estruturação do Parque Marinho dos Açores.

Exmos. Senhores,

Venho por este meio expressar a minha profunda preocupação relativamente à proposta de desclassificação da Rede de Áreas Marinhas Protegidas (AMP) nos Açores.

É hoje inegável o consenso científico quanto à importância vital das áreas marinhas protegidas para a recuperação e sustentabilidade dos ecossistemas marinhos. Existem já inúmeros exemplos internacionais que demonstram os benefícios não só ambientais, mas também económicos e sociais destas medidas de conservação.

Cito, a título de exemplo, o caso do Parque Nacional de Revillagigedo, no México, onde a criação de uma AMP inicialmente gerou resistência por parte do setor das pescas, mas que, com o tempo, revelou um impacto neutro nas capturas, e até positivo em termos de biodiversidade. Outro caso paradigmático é o do Papahānaumokuākea Marine National Monument, no Havai: após a ampliação da área protegida, investigadores registaram um **aumento de 54% nas capturas de atum albacora (*yellowfin*)** e um **crescimento de 12% nas capturas de atum patudo (*bigeye*)** nas zonas adjacentes. Este efeito de "transbordamento" (spillover) é amplamente documentado na literatura científica — ao proteger determinadas áreas, garantimos habitats seguros para a reprodução, crescimento e alimentação dos peixes, o que, a médio e longo prazo, aumenta a produtividade das zonas circundantes.

Este fenómeno é, aliás, lógico: áreas protegidas criam refúgios onde os ecossistemas podem prosperar, incluindo a base da cadeia alimentar, como o plâncton e os pequenos pelágicos, que por sua vez atraem espécies predadoras de maior valor comercial.

Falo também com base na minha experiência pessoal. Sou pescadora lúdica desde os 10 anos, praticando, entre outras artes de pesca, a pesca de corrico embarcada ao atum. Posso afirmar com segurança que **nunca pesquei um atum (albacora, patudo, rabilo ou galha-a-ré) dentro de uma área marinha protegida** — precisamente porque estas zonas cumprem o seu propósito: são santuários para a biodiversidade, e não espaços de captura. Os peixes de maior dimensão são encontrados nas bordas destas zonas, onde se tornam acessíveis também à pesca.

Entendo e partilho a preocupação com a situação de vulnerabilidade de muitas comunidades piscatórias nos Açores. No entanto, acredito firmemente que a resposta não está em abrir mão da proteção ambiental, mas sim em **investir numa transição justa e sustentável**:

- **Educação e formação** para pescadores, sobretudo nas áreas de boas práticas, valorização do pescado, segurança no mar e turismo marítimo.
- **Modernização da frota** e melhoria das condições de trabalho no setor.
- **Apoio à pequena pesca artesanal**, que é sustentável e tem menor impacto nos ecossistemas.
- **Diversificação de fontes de rendimento**, como o pesca-turismo e a comercialização direta (ex: cabazes do mar).
- **Valorização da profissão de pescador**, tanto através de políticas públicas como de campanhas de sensibilização social.

Os Açores têm a oportunidade única de liderar a nível europeu e mundial como um exemplo de convivência harmoniosa entre conservação e desenvolvimento económico. Desclassificar estas áreas protegidas seria um passo atrás, com consequências irreversíveis para o nosso mar, para as futuras gerações e até para a própria viabilidade a longo prazo do setor das pescas.

Com os melhores cumprimentos,

Carolina Mendonça